

II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

Usos da Internet em escolas de Frederico Westphalen: um ponto de partida para políticas públicas em educomunicação¹.

Candida Cavalheiro Schwaab²

Andressa Costa Prates³

Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS

Resumo

O trabalho visa relatar preliminarmente as atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito do projeto “Usos da internet, redes sociais e inclusão digital”, abrindo a possibilidade de estender, às escolas observadas, ações em que podem se ter em conta políticas públicas, orientadas à educomunicação. A pesquisa em tela objetiva esclarecer os mecanismos que tendem a viabilizar aos atores sociais o processo de acumulação de capitais a partir da inserção em redes sociais. O campo de pesquisa inicial é a rede de ensino fundamental e médio, público e privado, na cidade de Frederico Westphalen, localizada na região do Médio Alto Uruguai do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave

Redes sociais; usos da Internet; inclusão digital; exclusão digital; educomunicação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa, ao contribuir à divulgação da pesquisa “Usos da internet, redes sociais, e inclusão digital”, reiterar a relevância das discussões acerca da inclusão digital e de sua possível relação com a educomunicação, temas atuais de

¹ Trabalho apresentado no GT 2 Comunicações Científicas: Uso das Mídias e Tecnologias na Educação II Encontro de Educomunicação da Região Sul. Ijuí/RS, 27 e 28 de junho de 2013. Orientado pelo Professor Dr.º Luciano Miranda.

² Acadêmica do 8º semestre do curso de Comunicação Social – hab. Relações Públicas - ênfase em Multimídia da UFSM. Bolsista PIVIC PRPGP/UFSM. Participante do Núcleo de Análise de Variáveis na Economia Política das Comunicações (*navE*) – Grupo de pesquisa CNPq/UFSM. Email: candidaschwaab@gmail.com.

³ Acadêmica do 7º semestre do curso de Comunicação Social – hab. Jornalismo da UFSM. Bolsista PIVIC PRPGP/UFSM. Participante do Núcleo de Análise de Variáveis na Economia Política das Comunicações (*navE*) – Grupo de pesquisa CNPq/UFSM. Email: andressac.prates@hotmail.com.

II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

importância para o desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades locais e da sociedade contemporânea. Desse modo, é apresentado neste trabalho o panorama geral da pesquisa, contemplando o espaço geográfico em que ela é desenvolvida e os objetivos aos quais se destina. Em seguida, abordam-se alguns conceitos de inclusão e exclusão digital que auxiliam na análise dos dados coletados. Por fim, são apresentados os passos metodológicos da pesquisa que, enfim, se seguem de algumas considerações preliminares sobre os resultados e como eles podem ser úteis para futuras sugestões acerca de políticas públicas que busquem minimizar o processo de exclusão digital por meio da educomunicação.

O projeto de pesquisa “Usos da internet, redes sociais e inclusão digital” é desenvolvido no âmbito do Núcleo de Análise das Variáveis na Economia Política das Comunicações, grupo de pesquisa CNPq, institucionalizado pela Universidade Federal de Santa Maria, em que se vinculam o docente e os estudantes participantes do projeto de pesquisa.

As atividades de planejamento e execução da investigação foram desenvolvidas durante o ano de 2012, remanescendo ao ano de 2013 a tabulação, cruzamento e análise dos dados. A fase de execução da pesquisa de campo iniciou-se em agosto de 2012 por meio da aplicação de questionários junto às escolas do município de Frederico Westphalen/RS, situado na região do Médio Alto Uruguai. Embora a intenção da pesquisa seja contemplar diferentes agrupamentos sociais atuantes no município e na região, optou-se neste primeiro momento restringi-la apenas ao setor da educação e, assim se justifica a possibilidade de cruzamento entre a pesquisa e os teorias de educomunicação, permitindo que os dados coletados contribuam, posteriormente, a elaboração de políticas públicas e ações diversificadas ao desenvolvimento do campo educacional.

Nesse sentido, esta é uma pesquisa interdisciplinar que abrange não apenas as tecnologias de informação e comunicação, mas outras áreas de estudo que igualmente contribuem para a compreensão da dimensão social institucionalizada. A partir do entendimento da realidade social podem-se propor ações de intervenção no campo de estudo por meio da extensão universitária, promovendo uma efetiva inclusão digital e, conseqüentemente, uma inclusão social dos atores sociais.



II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

A pesquisa adota como referência teórico-conceitual fundadora a abordagem praxiológica da teoria social bourdieusiana. Os usos sociais da técnica midiática têm, nessa perspectiva os estudos realizados por Bourdieu e Passeron (1963; et al., [1965] 1989) em que são analisadas determinadas práticas minimamente forçadas por imposições objetivas de ordem econômica, mas que no entanto revelam disposições, do *ethos* ou *habitus*, que desencadeiam outras imposições ou predisposições. Articula-se a noção de campo – tendo em conta o “campo da indústria cultural” – com conceitos-chave como o de capital e, consecutivamente, o de disposições. A articulação permite a interpretação sobre planos analíticos que se “interconectam” por meio de redes sociais, nas quais se multiposicionam os atores sociais. A proposta se justifica, por um lado, em razão da percepção de contradições presentes na implementação de políticas públicas de inclusão digital, em que pesam desigualdades tanto do ponto de vista sócio-econômico quanto do intra-regional.

1 INCLUSÃO E EXCLUSÃO DIGITAL: UMA VISÃO ALÉM DO INSTRUMENTAL

A exclusão digital refere-se à desigual distribuição e acesso a computadores, softwares e Internet, bem como à privação ao desenvolvimento individual de aptidões ao uso relativamente autônomo desses recursos. Constitui novo processo de exclusão social e de limitação à justiça social e ao exercício da cidadania. Políticas públicas de gestão da informação e de investimento à inclusão digital consideram necessariamente a existência de desigualdades inter- e intra-regionais, ao passo em que essas se constituem no contexto de continuidades e de descontinuidades. Com efeito, Gálvez (2007, p. 243-244) problematiza as verdadeiras possibilidades de desenvolvimento abertas às regiões periféricas. Embora países desenvolvidos e em fase de desenvolvimento incorporam a inclusão digital em suas políticas de Estado com o objetivo de “disseminar o uso de computadores e, principalmente, da internet em seus territórios” (CAZELOTO, 2008, p. 178) como canal para potencializar o capital econômico, humano, cultural e o combate a pobreza (SILVEIRA, 2003 apud CAZELOTO, 2008, p. 179).

II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

Gálvez (2007) propõe o investimento à acumulação e colocação em circulação de capital cultural. Todavia, tais oportunidades não obscurecem o entendimento de que a inclusão digital ao passo que inclui socialmente potencializa a subordinação dos incluídos às lógicas sistêmicas que integram a “cultura” contemporânea. Ademais, tem sua limitação na própria estruturação de disposições individuais e coletivas as quais tendem a reproduzir determinadas práticas que revelam a submissão dos mesmos aos constrangimentos sociais.

Se no início do século XX a relação entre trabalho e capital dominou a lógica de valor, hoje essa lógica é permeada na relação de saber e conhecimento. Zallo (2005 apud GÁLVEZ, 2007, p. 243) afirma que “o capital cultural se erige então como um dos fatores que dentro de cada região podem marcar uma diferença no processo de desenvolvimento”. Nisso, em que se percebe a importância não tanto do capital financeiro das regiões, mas sim de suas capacidades em desenvolver conhecimento por meio da informação. Com efeito, de acordo com Mark Warschauer (apud STAROBINAS, 2003, p. 4):

A Exclusão Digital não se dá somente por ausência de acesso físico a computadores, acessórios e conexão, mas também a recursos adicionais que permitem um uso adequado da tecnologia. Estes recursos são de outra ordem, passando pelo esforço da comunidade em compreender as necessidades reais dos usuários, a existência de conteúdo relevante em idioma do grupo, o grau de instrução da população usuária, sua capacidade de leitura, entre outros.

Importante destacar que inclusão digital, neste momento, tratando-se apenas como a interação com a máquina, não se torna o suficiente para a agregação cultural, educacional e social a que se destinam as políticas de inclusão digital, bem como, por si só, não são capazes de modificar o espaço social em que os indivíduos estão inseridos. É necessário gerar uma comunicação emancipatória, “aquela que prepara o sujeito para pensar, desenvolver sua consciência, seu senso crítico” (RODRIGUES, s.d. p.3), processo com base no qual podemos denominá-la “educomunicação”.

Destarte, com efeito, uma criança dos segmentos populares, vivendo em uma área marginalizada, isto é, posta à margem em seu município, provavelmente, não irá visitar sites de notícias, museus, e assistir documentários sobre política, por exemplo, sem que haja um estímulo prévio para que isso ocorra. Caso contrário, ela irá apenas

II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

acessar algumas das mais publicizadas mídias digitais, o que usualmente resulta em nada ou pouco além do acesso a sites de entretenimento e de redes sociais digitais.

Ao ter em conta a desigualdade social suscita por processos similares ao supramencionado, para Cazeloto (2008, p.125), a inclusão digital remete à hierarquização, e completa dizendo que ela é “um conjunto de discursos e práticas cujo objetivo é levar a informatização a grupos sociais que, sem esses procedimentos, muito provavelmente não teriam condições de acesso às ferramentas informáticas”, o que acarreta distância social e informacional considerável frente a outros grupos sociais. Esses indivíduos correm o risco de permanecer à margem da sociedade.

Por conseguinte, os grupos sociais aos quais se destinam essas políticas de inclusão são os mais variados possíveis, embora algo seja comum a todos: a “estratificação social” (CAZELOTO, 2008, p. 128), em que estão em desvantagem na “divisão social de privilégios” (CAZELOTO, 2008, p. 128). Mais uma vez, portanto, demonstra-se a importância de não apenas instrumentalizar, mas sim de incentivar o uso consciente e eficaz da tecnologia apresentada.

No Brasil, os debates sobre a inclusão digital têm sido cada vez mais fomentados por políticas públicas ou programas formulados pelo Estado, por instituições do Terceiro Setor, por empresas privadas, entre outros atores sociais. Em nível federal, tem-se a Secretaria de Inclusão Digital (SID) do Ministério das Comunicações, criada pelo Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011, que possui como objetivo principal “a formulação, execução e articulação de políticas públicas relativas à inclusão digital no âmbito do Governo Federal”. Esse tipo de iniciativa busca uma maior proximidade entre a população e os recursos tecnológicos disponíveis. O Ministério das Comunicações concebe as políticas de inclusão digital “como ferramentas para o exercício da cidadania”, ressaltando que a interação entre indivíduos e tecnologias da informação e comunicação (TICs) é parte integrante do “processo de escolha e de autonomia” individual. As TICs também possuem a função de potencializar o capital social nas comunidades, de forma a estimular o exercício pleno da cidadania.

II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS - 27 e 28 de junho de 2013

Segundo pesquisa do IBOPE MEDIA⁴, no terceiro trimestre de 2012, o número total de brasileiros que acessam a Internet é de 94,2 milhões.⁵ Essa pesquisa inclui crianças de 2 a 15 anos que acessam a internet em seus domicílios, população não contabilizada nos trimestres anteriores, e pessoas a partir de 16 anos de idade que acessam em qualquer ambiente: domicílio, trabalho, escola, lan houses e outros locais. Não contabilizando o público de 2 a 15 anos de idade o número de pessoas com acesso era de 83,4 milhões subindo para 85,3 milhões, um aumento de 2,4% de usuários em relação ao trimestre anterior.

Quanto à medição em domicílios, o crescimento foi ainda mais representativo. O número de pessoas que possuem acesso à Internet em suas residências foi de 69,5 milhões no último trimestre de 2012, demonstrando um aumento de 16% sobre o mesmo trimestre do ano de 2011. Ressaltando que a pesquisa do IBOPE MEDIA não estima a qualidade do acesso dos usuários, detendo-se apenas a parte quantitativa, isso reforça a tese de que não basta a população possuir os instrumentos sem saber utilizá-los para potencializar valores culturais e sociais.

Com base nas informações fatuais, dados estatísticos e aportes teórico-conceituais, cabe articular-se a metodologia por meio da qual se busca a compreensão dos atores observados pelo presente estudo.

2 METODOLOGIA

A pesquisa social procura leituras que sejam auxiliares ao desenvolvimento da análise do *corpus* da pesquisa, bem como, por evidente, o trabalho de campo. Em princípio, nesse sentido, busca-se o entendimento de alguns conceitos fundamentais, operacionais à investigação, em especial por meio de MIRANDA (2005), LAVILLE e DIONNE (1999), e NUNES (1978). Destarte, optou-se pelo método de pesquisa survey. Neste contexto, Babbie (2001) adequou um guia para pesquisas de caráter quantitativo,

⁴ Pesquisa divulgada no site da empresa. Disponível através do link: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Acesso-a-internet-no-Brasil-atinge-94-milhoes-de-pessoas.aspx>

⁵ A pesquisa mais recente divulgada pelo IBGE abrange os usuários até o ano de 2011, o que perfaria uma população de usuários da Internet, a partir dos 10 anos de idade, de 77,7 milhões. Para mais detalhes, ver <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2011/default.shtm>.

II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

versando desde o pensar a hipótese a ser pesquisada até a tabulação e análise dos resultados. Com o aprendizado dos fundamentos teóricos, partiu-se para a etapa estrutural da pesquisa, momento em que foi definida a metodologia propriamente dita. Em primeira instância, definiu-se o universo⁶ a ser pesquisado: a rede educacional do município de Frederico Westphalen. Deste modo, nesse contexto de pesquisa, constariam todos os envolvidos com a rede educacional da cidade, direta ou indiretamente. Não obstante, para constituir a população⁷ total, optou-se pelo procedimento de divisão em dois grupos: 1) professores e funcionários, chamados de Pesquisa dos Servidores, 2) estudantes de 1º ano das séries iniciais ao 3º ano do ensino médio, que se convencionou chamar de “Pesquisa dos Alunos”. Através do contato com as escolas do município obteve-se um total de 685 servidores e 4818 alunos, sendo esta a população total.

Utilizou-se os métodos de pesquisa de *Survey*, consagrados em pesquisas quantitativas e explicados por Babbie (2001, p.78) como “semelhantes a censos sendo a diferença principal entre eles que um *survey*, tipicamente, examina uma amostra da população, enquanto que o censo geralmente implica uma enumeração da população toda”. Dentro do método de pesquisa *survey*, foi utilizada a modalidade probabilística, apresentada como positiva por Babbie (2001, p. 125) já que “cada elemento ter chance igual de seleção, independente de qualquer outro evento do processo de seleção”. Dentro da família das probabilísticas, apropriou-se do desenho de Amostragem Estratificada:

um método para obter maior grau de representatividade, reduzindo o provável erro amostral. [...] a função da estratificação é organizar a população em subconjuntos homogêneos (com heterogeneidade entre os conjuntos) e selecionar o número apropriado de elementos de cada subconjunto (BABBIE, 2001, p.137-138).

Desta forma, calculou-se a amostra estratificada em dois níveis: 1º) por semelhança da população; subconjuntos de funcionários, de professores e de cada série/ano dos alunos; 2º) por turmas dentro de cada escola, no caso dos alunos, e, por

⁶ Babbie (2001, p.121) Um universo é a agregação teórica e hipotética de todos os elementos definidos num survey. Se o americano individual for o elemento do survey, então “americanos” serão o universo.

⁷ Babbie (2001, p.121 -122) É a agregação teoricamente especificada de elementos *Survey*, da qual é extraída a amostra do *Survey*.

II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS - 27 e 28 de junho de 2013

classe de funcionários ou professores em cada escola, no caso de servidores. E foram obtidos os seguintes resultados:

Da população de 685 servidores e 4818 alunos, calculou-se a amostra de acordo com a fórmula utilizada em *survey* para populações finitas (menores que 100 mil):

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

N = população

n = amostra

σ = nível de confiança em desvios padrão

e = margem de erro

p = % com a qual o fenômeno se verifica

q = % complementar

Na pesquisa dos Servidores, foi obtido:

$$n = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 685}{7^2 \cdot (685 - 1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50} = 157,4 = 157 \text{ entrevistados}$$

Em que utilizou-se:

N = 685

n = ?

σ = 2 desvios padrões, correspondente a 95,5% de nível de confiança

e = 7 para mais ou para menos

p = 50

q = 50

Na pesquisa dos Alunos, chegou-se ao seguinte resultado:

$$n = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 4818}{7^2 \cdot (4818 - 1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50} = 195,8 = 196 \text{ entrevistados}$$

Em que utilizamos:

N = 4818

n = ?

σ = 2 desvios padrões, correspondente a 95,5% de nível de confiança

e = 7 para mais ou para menos

II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS - 27 e 28 de junho de 2013

p = 50

q = 50

Ou seja, um total de 353 entrevistados. Depois de calculada a amostra, foi composto o 1º nível de estratificação por meio de regra de três.

Assim, na pesquisa dos servidores, tem-se o que segue, de modo exemplar:

685 servidores	100%	$x = 27,44\%$
188 funcionários	x	
685 servidores	100%	$x = 72,5\%$
497 professores	x	
157 entrevistados	100%	
x	27,44% funcionários	$x = 43,08 = 43 \text{ funcionários}$
<i>entrevistados</i>		
157 entrevistados	100%	
x	72,5% professores	$x = 113,82 = 114 \text{ professores}$
<i>entrevistados</i>		

O mesmo para a “Pesquisa dos Alunos”, que foram, nesta etapa de 1º nível de estratificação, agrupados de acordo com a série, independentemente da escola em que estudavam. No entanto, para não descrever todos os cálculos, apresentam-se os valores finais deste estrato.

Ensino Fundamental:

1º ano = 15 entrevistados

2º ano = 16 entrevistados

3º ano = 16 entrevistados

4º ano = 15 entrevistados

5º ano = 18 entrevistados

6º ano = 11 entrevistados

5ª série = 2 entrevistados

II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS - 27 e 28 de junho de 2013

6ª série = 21 entrevistados

7ª série = 19 entrevistados

8ª série = 15 entrevistados

Ensino Médio:

1º ano = 18 entrevistados

2º ano = 16 entrevistados

3º ano = 13 entrevistados

No segundo momento, foi realizado o 2º nível de estratificação, etapa esta que agrupou os subconjuntos por escolas. Já se sabia os valores de funcionários, de professores e de alunos correspondentes a cada série que se necessitava entrevistar. Agora seria necessário descobrir quantos precisavam ser entrevistados em cada escola. Assim, mantendo mais uma vez as proporções em cada subconjunto, foi realizado o cálculo por meio de regra de três, do número exato de funcionários, professores e alunos em cada série por escola a serem entrevistados.

Finalizada a primeira parte estrutural da pesquisa, passou-se à segunda: o desenvolvimento do questionário quantitativo. Almeida (2002, p.78) destaca que “um questionário de pesquisa tem um objetivo bem definido: realizar medições de variáveis ou conceitos. Para cada variável existe uma pergunta correspondente que a mensura”. Foram desenvolvidos dois questionários distintos, um para os Servidores e outro para os Alunos, mas com os mesmos princípios norteadores e em grande parte com as mesmas questões. Ambos possuíam 107 perguntas, de modalidades abertas ou fechadas, dependendo da necessidade de aprofundamento da informação. O mesmo fora dividido em duas partes: a primeira com caráter pessoal, momento em que se buscava conhecer a personalidade da pessoa, seus capitais e seu *habitus* e, a segunda, sobre os usos da internet e das redes sociais e inclusão digital. Foi desenvolvido, também, um diário de observação, visando o aspecto qualitativo da pesquisa, especialmente no que consistia a *hexis* corporal do entrevistado e os dados ditos além do constante no questionário quantitativo.

Desenvolvido o *corpus* da pesquisa, foi-se a campo, aplicar os questionários testes e ver na prática se a teoria funcionava. Com os resultados positivos dos testes, passou-se à fase prática. Os questionários sempre eram aplicados por duplas de

II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

pesquisadores-entrevistadores, já que um realizava a parte quantitativa e o outro a qualitativa, propiciando-lhe um ambiente de diálogo, de interação, tal como uma entrevista, mas desprovida de formalismos, ou seja, dando-se como conversa coloquial, inclusive com questionamentos extras, das quais as respostas foram registradas no diário de observação elaborado para cada entrevista.

Finalizadas as entrevistas, passou-se à tabulação dos dados, no software Sphinx e a digitação dos diários de observação. Em seguida foram realizadas análises preliminares dos resultados, já que ainda se pretende realizar cruzamentos de variáveis e concentrar mais os estudos em microelementos que necessitam de visibilidade na pesquisa.

3 CONSIDERAÇÕES

Percebe-se a importância da inclusão digital, principalmente, na rede de ensino de regiões afastadas dos grandes centros, como a região do Médio Alto Uruguai, onde está localizado o município de Frederico Westphalen/RS. Com base em alguns resultados preliminares da tabulação da pesquisa, observou-se que na questão onde era solicitado que o entrevistado agregasse uma nota (de um a cinco) ao seu grau de conhecimento à ferramenta Microsoft Word, editor de texto – inobstante ser de código proprietário – considerado básico à capacitação à alfabetização digital, apenas 37,1% dos servidores (professores e funcionários) considerou a nota máxima. Isso demonstra que além dos servidores não possuem o domínio da ferramenta, também não tem buscado solucionar ou têm condições limitadas para buscar solucionar esse déficit.

Daí a importância de se pesquisar sobre o tema a fim de compreender os usos da internet na rede educacional com o intuito de habilitar os indivíduos à posse e acumulação de capitais sociais, em que se destaca o capital cultural, nas novas fontes de conhecimento que são as TICs, as quais também podem contribuir ao desenvolvimento do território geográfico em que estão inseridos.

Neste sentido, demonstram-se infinitas possibilidades de atuação no processo de aprendizagem, dos referidos atores sociais, quanto ao uso de diversas ferramentas

II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

informativos e úteis no cotidiano, o que os capacitaria inclusive ao desenvolvimento da crítica às mídias tradicionais, na medida em que passariam a contar com o acesso a repertórios culturais mais diversificados ofertados no espaço sócio-digital da Internet. Por estar se tratando aqui de um universo de pesquisa inserido na área educacional, ações de educomunicação seriam bastante profícuas ao auxílio à incorporação de conhecimentos mais aprofundados junto às TICs, o que, por outro lado em retroalimentação, contribuiria à aproximação aos objetivos propostos pela educomunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2002.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. Tradução: Guilherme Cezarino.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Sociologues des mythologies et mythologies de sociologues. Les Temps Modernes, Paris, n. 211, p. 998-1021, 1963.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão Digital: Uma visão crítica**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

GÁLVEZ, Francisco J. M. Políticas de Comunicação e Desenvolvimento Regional. Desafios diante da Sociedade do Conhecimento. In. RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (Orgs.). **Políticas de Comunicação – Buscas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 235-258.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Secretaria de inclusão digital**. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/acoes-e-programas>. Acesso em: 14 abr. 2013.

II Educom Sul

Educomunicação e Direitos Humanos

Ijuí - RS – 27 e 28 de junho de 2013

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Inclusão Digital**. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/o-ministerio/secretaria-de-inclusao-digital>. Acesso em: 14 abr. 2013.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o Campo da Comunicação**. Por uma Teoria da Comunicação Praxiológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

NUNES, Edson de Oliveira (org). **A Aventura Sociológica**: objetividade, paixão, imprevisto, e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

RODRIGUES, Gabriela. **É Educomunicação?** A descoberta do termo e de elementos educacionais. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/148.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2013.

STAROBINAS, Lilian. **Repensando a exclusão digital**. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/pef/hemeroteca/ead/index0902.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013.